

APARANDO VIDAS: MEMÓRIA E VIVÊNCIAS ENTRETECIDAS POR PARTEIRAS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS NO RIO GUAPORÉ – RO

Joely Coelho Santiago¹

Hélio Rodrigues da Rocha²

RESUMO: A arte de aparar vidas envolvia e envolve cuidados entre mulheres (casadas ou viúvas) que se auxiliaram numa época em que a medicina oficial ainda não havia sido alcançada. Trata-se de saberes ancestrais comuns ao universo feminino durante os processos de partejamentos, no caso deste estudo, a região do rio Guaporé/RO. O presente estudo se justifica mediante a possibilidade de proporcionar registro de saberes acumulados, narrados por parteiras remanescentes de quilombolas. Para essa empreitada, fora realizada uma pesquisa bibliográfica e etnográfica com abordagem qualitativa e fundamentação teórica entretecida entre Hampâté Bâ (1982); Benjamin (1987); Paes Loureiro (2015); Portelli (2016); Le Goff (2013); Moura (1994); Hirata; Kergoat (2020); Shumahr; Brazil (2007); Priore (2004), dentre outros/as. Por meio da aplicação de algumas concepções desses estudiosos/as, contemplamos fatos de memória e vivências outras dos sujeitos e sujeitas dos rincões amazônicos em tela.

Palavras-chave: História; Memória; Narrativas orais; Parteiras; Rio Guaporé.

TRIMMING LIVES: MEMORY AND EXPERIENCES ENTERTAINED BY QUILOMBOLA REMNANT MIDWIRLS IN THE GUAPORÉ RIVER – RO

ABSTRACT: The art of trimming lives involved and involves care among women (married or widowed) who helped each other at a time when official medicine had not yet been achieved. It is about ancestral knowledge common to the female universe during the midwifery processes, in the case of this study, the region of the Guaporé/RO river. The present study is justified by the possibility of providing a record of accumulated knowledge, narrated by midwives remnants of quilombolas. For this endeavor, a bibliographic and ethnographic research was carried out with a qualitative approach and theoretical foundation interwoven between Hampâté Bâ (1982); Benjamin (1987); Paes Loureiro (2015); Portelli (2016); Le Goff (2013); Moura (1994); Hirata; Kergoat (2020); Shumahr; Brazil (2007); Priore (2004), among others. Through the application of some conceptions of these scholars, we contemplate facts of memory and other experiences of the subjects of the Amazonian corners on screen.

Keywords: History; Memory; Oral narratives; midwives; Guapore River.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/UFAC); e-mail: joelicoelhosantiago@live.com.

² Pós-doutorado em História Social (2016). Professor Nível Adjunto II do Departamento de Língua Inglesa na Universidade Federal de Rondônia (UNIR); e-mail: heliorodriguesadarocha@gmail.com.

Introdução

A gente foi aprendendo tudo de cabeça. Eles não sabia ler, mas sabia muita coisa. Minha avó não sabia ler, mas rezava tanta oração! Minha avó aprendeu tudo de cabeça. Quando a avó dela ia cuidar [partejar], levava ela. Aí, ela aprendeu de cór [recorrer à memória]. Eles calculava mais ou menos e acertava. Sabia se era menino, menina pelo jeito da barriga. E era assim e, dava tudo certo. Comadre Aniceta ajudava tia Chêca. Ela num ia sozinha, mas junto com tia Chêca (GUSMÃO, 2017).

A contribuição sociocultural das mulheres remanescentes de quilombolas em uma época em que a medicina ainda não havia sido oficializada é comumente respeitada pelas famílias que foram auxiliadas por mulheres parteiras, nas entranhas e áreas adjacentes do rio Guaporé – fronteira Brasil/Bolívia, Amazônia Sul-Occidental brasileira e, em dias mais recentes, conhecimentos valorizados por pesquisadores e pesquisadoras que se dedicam a esta temática.

A educação familiar era destinada às mulheres. Elas repassavam suas práticas às crianças durante suas atividades cotidianas, contudo experiências silenciadas, uma vez que, o trabalho feminino era/é visto como secundário ainda que as mulheres fossem/são as principais agentes ativas e naturais na transmissão dos modos de ser de seus antepassados, “[...] pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 167). Nesta perspectiva, as narrativas orais das mulheres parteiras remanescentes de quilombolas ocupam lugares outros nos estudos acadêmicos de contexto amazônico como “[...] uma via de compromisso com aqueles que não têm história oficializada” (BOM MEIHY, 1996, p. 31), ao mesmo tempo que oportuniza o reconhecimento de grupos populacionais, antes silenciados e apagados.

Disto isto, esta pesquisa trata-se de um estudo, cujo objetivo geral é registrar, a partir da reconstituição da memória individual e coletiva, narrativas de mulheres parteiras remanescentes de quilombolas que viveram no rio Guaporé durante a primeira metade do século XX. Para atingir nossa proposta, definimos os seguintes objetivos específicos: realizar um estudo bibliográfico sobre Amazônia e a mulher parteira remanescente de quilombolas no rio Guaporé; identificar e analisar, a partir da memória individual e coletiva, narrativas de mulheres parteiras que viveram durante o período citado anteriormente na região do Guaporé, visando a memória e as experiências de vida presentes em suas falas.

A pesquisa, bibliográfica e etnográfica, do tipo qualitativa, foi desenvolvida no período de novembro de 2021 a março de 2022, sendo norteadas pelos seguintes questionamentos: I) Quais vivências apresentam-se nas narrativas de mulheres parteiras remanescentes de quilombolas que viveram no rio Guaporé (RO), primeira metade do século XX? II) De que forma é possível reconstituir as narrativas orais de vida, garantindo a valorização de suas falas e representações presentes nas memórias de mulheres parteiras remanescentes de quilombolas que viveram no rio Guaporé, primeira metade do século XX?

Os referenciais bibliográficos nos forneceram suporte teórico. Dentre as opções, destacamos autores/as que abordam a questão da memória, história oral e transmissão de conhecimentos, tais como Hampâté Bâ (1982), Walter Benjamin (1987), Ecléa Bosi (1994), Jacques Le Goff (2013) e Alessandro Portelli (2016). Acerca de vivências e grupos sociais na/da Amazônia, os autores como Paes Loureiro (2015) e Davi Kopenawa; Bruce Albert (2015). No que diz respeito à discursão sobre mulheres negras e quilombos, Mary Priore (2004), Angela Davis (2016), Flávio Gomes (2015), Helena Hirata; Danièle Kergoat (2020) e Schuma Schumacher; Érico Brazil (2007). Especificamente sobre o contexto regional, Maria Bandeira (1988) e Luiza Volpato (1993).

Nessa direção, passamos das leituras temáticas e teóricas à coleta de dados, que foram feitas através de narrativas mulheres parteiras remanescentes de quilombolas que viveram a partir da primeira metade do século XX no rio Guaporé e que atualmente residem no município de Guajará-Mirim (RO), visto que, ao longo dos anos muitas famílias migraram para esse município na procura por outras oportunidades de vida e de trabalho. Utilizamos como método o levantamento de narrativas e a observação participante em diálogos das narradoras entre si e com a pesquisadora, além de questionários semiestruturados e conversas informais.

Não obstante, cabe-nos registrarmos as falas das mulheres parteiras destacando-se as narrativas orais, lembranças, visões de mundo e crenças herdadas da cultura negra e ribeirinha local. Os critérios utilizados para seleção das entrevistadas foram definidos, observando-se, evidentemente, a naturalidade e a vivência no rio Guaporé, estabelecendo-se uma faixa etária superior a 69 anos de idade, cujas identidades estão preservadas e, portanto, apresentam-se com a utilização de seus sobrenomes.

Nessa perspectiva, pretende-se, com esse trabalho, contribuir para o registro das narrativas orais de mulheres parteiras remanescentes de quilombos e para o reconhecimento e a valorização da linguagem, da memória e da identidade da população remanescente de quilombolas do rio Guaporé, uma vez que o campo de cuidados terapêuticos realizados pelas

mulheres negras vem gradativamente perdendo sua força, mantendo-se, de forma restrita, preservados na memória das pessoas mais idosas. As narrativas apresentadas pelas colaboradoras deste estudo nos apresentam um universo em processo de desintegração, pois novas situações socioambientais e de colonização da região, quer no campo agrário, quer no campo cultural, alteraram, profundamente, a composição dos valores e das visões de mundo dos moradores do rio Guaporé.

Amazônia e cuidado terapêutico de mulheres parteiras remanescentes de quilombolas no rio Guaporé

O trabalho de cuidados e limpeza destinou às mulheres relação íntima com a natureza. Aos enfermos/as eram oferecidos chás, garrafadas, xaropes e banhos, transmitidos oralmente no cotidiano. A partir da entrada de viajantes e missionários jesuítas, espanhóis e portugueses, na região do rio Guaporé (RO), chamado Iténez no lado boliviano, por estar em fronteira com a Bolívia, naquilo que se entende, hoje, por medicina oficial científica, as experiências das parteiras passaram a ser vistas de forma desvalorizada por alguns segmentos da sociedade que se beneficia com essas mudanças de valores, contudo não leva nenhum benefício para as populações que vivem no interior dos espaços amazônicos e ainda utilizam cuidados terapêuticos e outras artes tradicionais para a cura de enfermidades em geral.

De acordo com historiadores e estudiosos da região, como Bandeira (1988); Volpato (1993); Teixeira; Fonseca (2001); e Gomes (2015), a constituição de quilombos foi realizada, em sua maioria, pela figura masculina, mas não podemos deixar de mencionar que a figura feminina esteve presente em todos os grupos humanos e espaços, embora a história e os documentos oficiais tenham tratado de invisibilizar a sua presença nesses contextos sociais.

No processo de fuga dos grupos afrodescendentes e dos grupos indígenas escravizados, a reorganização desses territórios/espacos de convivências ficava a cargo das mulheres. Não obstante, os antepassados/as dos grupos africanos conseguiram sobreviver na companhia de grupos indígenas fugitivos já residentes e, assim, puderam aprender uns com os outros/as variadas formas de convívio com a natureza: “desmatando pouco, só para abrir nossas roças [...]. Depois, passado algum tempo, deixamos que cresça de novo. Então um matagal emaranhado invade nossas roças antigas e, depois, as árvores vão aos poucos crescendo de novo” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 470).

É oportuno mencionar que a região do rio Guaporé vivenciou a evasão da elite colonizadora logo após a escassez das pedras preciosas. Antes disso, os grupos africanos e

grupos indígenas resistiam, das mais diversas formas, ao regime escravocrata. Nesse processo, diversos sujeitos realizaram fugas das localidades onde eram explorados para locais em que podiam viver com liberdade, distantes das áreas onde eram explorados na produção forçada de produtos extrativistas abrindo novos espaços de moradias coletivas, praticando atividades (políticas, culturais, etc.) que lhes garantisse uma vida abundante em comunidade. Buscavam viver em harmonia com os diversos grupos e sujeitos que ali chegavam para somar com a nova forma de viver na floresta; longe do trabalho forçado e do racismo, portanto. Esses espaços passaram a ser nomeados quilombos (VOLPATO, 1993; TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Sobre racismo, aludido anteriormente, Moura (1994, p. 6) enfatiza que foi usado como justificativa para privilégios no qual se configura como instrumento para a dominação:

Se desenvolveu como arma justificadora da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição de suas populações pelas nações “civilizadas”.

Os estudos acadêmicos dão conta de que a entrada do cristianismo católico causou profunda modificação nos modos de vida das populações do rio Guaporé (TEIXEIRA, FONSECA, 2001) com trabalhos assistencialistas e religiosos no qual a população negra e indígena pode ressignificar suas práticas nos seios da floresta amazônica.

Os processos de exploração e de racialização sempre estiveram presentes na ocupação e desenvolvimento dos espaços que as nações europeias tinham interesse de explorar e de se beneficiar de alguma matéria-prima, mesmo que, para essas realizações lucrativas, fosse preciso exterminar e escravizar o outro. Esse outro, no caso da Amazônia brasileira, eram os chamados indígenas e os descendentes da população africana, que foram retirados à força da África para a realização de diversos tipos de trabalho no território brasileiro, e em outras partes do mundo colonial. A região amazônica não foge à regra, posto que a ocupação e o processo de extração dos produtos extrativistas aconteceram pelo trabalho escravo, semi-servil e pelo modelo de capitalismo, que tinha como característica central, na Amazônia, o sistema de aviação. Esse sistema, em muitos casos, obrigava o trabalhador – “seringueiros e outros trabalhadores extrativistas” – a trocar sua força de trabalho em mercadorias e outros bens de consumo adquiridos a preços exorbitantes.

No Estado de Rondônia, atualmente, existem nove comunidades remanescentes de quilombos³. Em sua maioria, essas comunidades remanescentes localizam-se às margens direita no rio Guaporé, com exceção da Comunidade Jesus, situada em um de seus afluentes, o rio São Miguel. As demais comunidades são: Real Forte Príncipe da Beira, Santa Fé, Pedras Negras, Santo Antônio, Porto Rolim, Tarumã, Laranjeiras e Santa Cruz que, nos dias atuais, aguardam a demarcação e a titulação de suas terras junto aos órgãos responsáveis. Além de comunidades remanescentes de quilombolas, sob a jurisdição do Estado, no rio Guaporé, estão localizadas várias famílias indígenas, dentre elas, Wajuru, Aikanã, Makurap, Aruá e Kanoê⁴.

É sobre narrativas tecidas por mulheres, especificamente mulheres parteiras, que buscamos analisar neste estudo, posto que: “[...] embora gozem de certo prestígio, sua vida rotineira em nada difere das outras mulheres da comunidade, a não ser pelo fato de estarem sempre prontas a atender aos pedidos de socorro físico ou espiritual” (SHUMAHHER; BRAZIL, 2007, p. 179).

As mulheres parteiras realizavam trabalhos de partejamentos e, muitas vezes, trabalhos de rezas e benzimentos. Elas eram procuradas para tratar de diversos males e inquietações na saúde dos moradores. Os pedidos de socorro eram prontamente atendidos a partir de preparos específicos com plantas e raízes extraídas na mata amazônica, repassados de geração a geração. Pensamos ser oportuno trazer o que Benjamin (1987) enfatiza sobre a transmissão de conhecimentos pela oralidade:

Desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes. Contar histórias sempre foi a arte de conta-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história (BENJAMIN, 1987, p. 205).

O risco de extinção da arte de narrar, apontado no excerto anterior por Benjamin (1987), está longe de impedir a potência da memória e as possibilidades de estudo com este recurso teórico-metodológico, pois é no processo da escuta que podemos perceber em *lócus* as interações sociais e dialógicas nos interiores dos grupos sociais. Essas interações acontecem nos mais diferentes grupos, independentemente do nível tecnológico que este esteja vivendo. Neste sentido, a escuta é fundamental para reconstruirmos as dinâmicas das parteiras

³ Conaq. Quilombolas do Programa em Rondônia. Disponível em: http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/08/20200709-1700-Final-Portal-An%C3%A1lise-dos-dados-Socioeconomicos_-Quilombolas-do-Programa-em-Rond%C3%B4nia.pdf Acesso em 29 de novembro de 2021.

⁴ Terras indígenas do Guaporé. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3847> Acesso em: 29 de novembro de 2021.

remanescentes de quilombolas do rio Guaporé, num trabalho contínuo de “arte da escuta” (PORTELLI, 2016). Como observa Paes Loureiro (2015, p. 78),

no ambiente rural, especialmente ribeirinho, a cultura mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua história. A cultura está mergulhada num ambiente onde predomina a transmissão oralizada. Ela reflete de forma predominante a relação do homem com a natureza e se apresenta imersa numa atmosfera em que o imaginário privilegia o sentido estético dessa realidade cultural.

A transmissão de conhecimentos acerca da arte de socorrer ou auxiliar as parturientes, em discussão, era repassada entre mulheres que – além de aparar vidas, auxiliando as parturientes nas suas diversas necessidades, no processo de trazer ao mundo mais um sujeito do grupo social – ainda realizavam outras atividades, tanto aquelas ligadas à esfera reprodutiva, quanto a esfera produtiva, em algumas situações, essas mulheres abnegadas, ficavam semanas na casa da nova mãe cuidando tanto dela quanto da criança recém-nascida, que pelo contexto social e histórico, as famílias tinham muitos filhos, em média mais de dez. Tais práticas e costumes, contudo, foram/eram/são silenciadas. Entretanto, as mulheres parteiras,

têm um papel central porque são provedoras de cuidados gratuitos no domicílio e cuidados profissionais em instituições e nas residências fora de sua família. Elas têm papel central porque a sociedade atribui o trabalho doméstico e o de cuidado a um dos sexos, cristalizando, dessa forma, a divisão sexual do trabalho, tanto profissional quanto doméstico, entre homens e mulheres. (HIRATA; KERGOAT, 2020, p. 28).

Nessa perspectiva, Angela Davis (2016, p. 225) corrobora ao enfatizar que: “[...] assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis”. Assim, a arte de partejar era uma atividade considerada doméstica, de certa forma, um assunto tabu que apenas as mulheres experientes tomavam parte, isto é, assumiam o comando.

Deste modo, propomo-nos a (re)construir uma história nas “margens” (PRIORE, 2004), pois

durante muito tempo, os historiadores/as e estudiosos/as pensaram que os verdadeiros documentos históricos eram os que esclareciam a parte da história dos homens digna de ser conservada, transmitida e estudada: a história dos grandes acontecimentos (vida dos grandes homens, acontecimentos militares e diplomáticos, batalhas e tratados), a história política e institucional” (LE GOFF, 2013, p. 104).

Contemplar as narrativas das parteiras é trazer à baila as dinâmicas sociais femininas. É oportunizar visibilidade à produção desenvolvida pelas mulheres durante a arte de partejamento e o cuidado com o resguardo que, no imaginário das famílias, evitava males (físicos e espirituais) no recém-nascido/a e na parturiente. Portanto, logo após o parto, mãe e recém-nascido ficavam reclusos dentro de um cômodo (geralmente onde o parto havia ocorrido) com baixa iluminação, por um período de uma semana, seguindo à risca as orientações da parteira, em meio às estratégias ancestrais, durante todo o período de resguardo, que variava de 40 a 42 dias, a depender do sexo da criança.

Aparando vidas e o cuidado com o resguardo

A população tradicional – povos originários, população africana, população indígena e demais grupos sociais, carrega dentro de si culturas recheadas de saberes, religiões, línguas, cânticos, danças, sabores, cores e ensinamentos transmitidos de boca a ouvido no dia a dia. Aparar vidas envolvia um conhecimento ancestral feminino recebido da matriarca durante o trabalho de partejamento que contava com a ajuda de outras mulheres experientes. Na ausência de médicos oficiais, as parteiras detinham grande prestígio na região, tanto no cuidado de pessoas doentes quanto na arte de aparar vidas, visto que, as parteiras ajudavam o recém-nascido em sua viagem de chegada ao planeta.

A futura mãe procurava uma das mulheres parteiras com o objetivo de ser auxiliada em seu trabalho de parto, em outras palavras, ela encomendava sua gravidez: “[...] no começo quando já estava com seis meses” (GUSMÃO, 78 anos). Caso a futura mãe não soubesse a quantidade de semanas de sua gestação, a parteira entrava em cena com seu conhecimento ancestral. Ela observava o formato da barriga, o tamanho dos seios, dos pés e do nariz da gestante:

Elas tinham o jeito para a criança ficar na posição quando já fosse ter. Se você não sabia quando tinha engravidado, elas sabia. Quando ia arrumar barriga, elas sabia. Essas sabedorias elas tinha e dava certinho: “Você vai ter tal mês e tinha.” Quando estava sentindo dor, ia atrás dela. Aí ela vinha fazer o parto” (SANTIAGO, 69 anos).

O parto encomendado, aludido anteriormente, era aquele aviso prévio à parteira daquele determinado espaço físico. Cabe-nos mencionar que o trabalho de partejamentos nem sempre acontecia em uma moradia propriamente dita, pois as famílias migravam para o interior da mata

amazônica em períodos específicos do ano para trabalhar com as seringas, castanhas, raízes e etc. a fim de realizar trocas com gêneros diversos – anzol, sal, tecido e outros apetrechos com seringalistas e donos de barracões. Em decorrência disso, era comum que crianças viessem ao mundo em barracões de seringa, de castanha, na beira dos rios, dentro de canoas, batelões, etc.

A parteira, assim como outras mulheres, realizava os mesmos trabalhos de extração comuns às outras trabalhadoras da região, uma vez que era uma época propícia para trocar os produtos coletados com os patrões e sanar suas dívidas. Por isso, essas atividades movimentavam todas as famílias a migrarem para trabalhar no interior da mata amazônica. Os seringalistas eram reconhecidos como patrões. Foram homens que, durante muito tempo, se intitularam donos das castanheiras e seringueiras mais produtivas e, por isso, eles arrendavam essas áreas para os trabalhadores/as na floresta amazônica.

O pagamento das produções feitas pelos trabalhadores/as (seringueiros/as) era realizado a partir de troca com os produtos levados até eles pelos patrões, que compravam mercadorias nos municípios próximos e levavam esses gêneros para as áreas em que os seringueiros/as estavam trabalhando com suas famílias. Assim, as parteiras, como dito anteriormente, realizavam partos em diversos locais: “[...] desde épocas remotas, elas já viajavam de casa em casa, aldeia em aldeia, atuando como médicas locais” (SHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 177).

“Com três mês eu dou decisão quando é homem, quando é mulher. O homem mexe com três mês; mulher é com quatro, cinco mês. A filha mulher é só uma bola assim e o homem com três mês tá formadinho” (NERI, 81 anos). Como vimos, a parteira correspondia aos anseios da futura mãe, a partir de seu olhar refinado. As inquietações sobre a quantidade de meses de gestação eram respondidas de forma prática por ela.

É possível perceber a confiança e o respeito que as gestantes tinham com a parteira, que mais tarde se tornaria a “madrinha de umbigo” da criança recém trazida ao mundo. Modelando a barriga da gestante feito argila, a partir de óleos naturais extraídos da mata, a parteira, com suas mãos habilidosas, movimentava o bebê para que ele ficasse na posição de nascer (a cefálica – virado de cabeça para baixo na barriga e de costas para a gestante):

[...] se a criança estava atravessada eu desatravessava. Eu ajeitava e botava do jeito que dava. Já tive ocasião da criança nascer o pezinho, voltava para dentro. Eu endireitava pra ele vir do jeito que é; se era braço acomodava e colocava no lugar até que eu virava ele pra vir a cabecinha no lugar certo (NERI, 81 anos).

Sobre a intensidade de dor e/ou desconforto que a mãe possivelmente sentiria, assim como supostas dificuldades durante o trabalho de parto, a narradora enfatiza que esse momento acontecia de acordo com a fase da lua, pois

homem só nasce na lua nova e crescente; mulher é na cheia e minguante. A mulher quando sente dor pra ter neném se for na nova é embutido, é rápido. Já na minguante é bem fraquinha, é aquela dor espaçosa. A minguante é a lua mais fraca que tem para mulher ganhar neném (GUSMÃO, 78 anos).

Como observamos, no excerto acima, o trabalho de parto era marcado pela presença de quantidade do líquido amniótico que envolvia o bebê dentro da placenta, assim como pela fase da lua que a futura mãe daria a luz. A fase da lua influenciaria na intensidade da dor que, possivelmente, a futura mãe sentiria durante o parto. Sobre o sexo dos bebês, aqueles do sexo masculino eram os mais aguardados pelas famílias, conforme lembra a narradora: “quando era homem escutava três tiros de espingarda: *pow, pow, pow!* Um atrás do outro. Quando era mulher era só dois: *pow, pow!* Pronto. A vizinhança todinha, se nascesse de madrugada, a vizinhança todinha sabia se era homem ou mulher” (SANTIAGO, 69 anos).

As famílias se organizavam para a espera daquela nova criança numa divisão de tarefas específicas entre homens e mulheres. As mulheres abasteciam sua cozinha com os alimentos permitidos à sua dieta, já que o período de resguardo era a reclusão do consumo de grande parte dos alimentos que uma mulher em condição normal comeria e/ou beberia. Determinados alimentos eram rigorosamente prescritos pela parteira e evitados durante o resguardo pela nova mãe, que variava entre 40 e 42 dias, a depender do sexo da criança recém-chegada. A nova mãe cuidava dessa fase com muita cautela, tendo em vista que uma velhice saudável era resultado de um resguardo sadio. A narradora ressalta que:

Quando tinha a criança não podia tá comendo qualquer coisa. A comida que tinha era galinha uns oitos dias. Depois é que ia comer bicho do mato, mas só aquele que não fazia mal. Era aquele que a gente chama de nambu [ave silvestre]. Piranha era só aquela cabeçuda, aquela vermelha não podia não. Isso depois de oito, quinze dias. Tambaqui era depois de vinte dia. Não comia qualquer coisa não. Era tudo bem cuidado (GUSMÃO, 72 anos).

Durante o parto, a dilatação do útero era estimulada a partir do preparo de ervas medicinais específicas servidos pela parteira. Rememora a narradora a seguir que, dentre os preparos,

tinha o chá de cordão de São Francisco, ali em Pedras⁵. Esse era o chá mais próximo. Eles faziam pra molhar o pano, botar em cima da barriga e fazia o chá pra gente beber. Ele é um mato que dá, é mole, a perninha dele é quadrado. Aí ele dá aquela roda assim, tipo uma flor, daí vai subindo pra cima, dá outro mais em cima tipo aquele nó que tem na cintura de São Francisco. Ali em Pedras tinha muito, mas depois acabou, né (GUSMÃO, 72 anos).

Apesar de todos os chás e massagens feitos pela parteira, haviam casos específicos que exigiam que elas realizassem um pequeno corte: “[...] pegava aquelas pedrinhas de sal bem meio chatinha. Mas isso quando vê que não vai passar. Aí dava só um risquinho”. Hoje o médico corta, costura” (NERI, 81 anos). A narrativa anterior da narradora alerta-nos para duas questões atuais: a primeira é para o aumento de denúncias de mulheres que vivenciaram violência obstétrica⁶ e, para a segunda, que é o aumento nos partos por cesarianas⁷. Não obstante, segundo a parteira, ela ainda realizava rezas para Nossa Senhora do Bom Parto, além de simpatias para que o parto se encaminhasse da melhor forma.

Métodos tradicionais a partir de plantas medicinais eram usados para fazer chás, massagens, banhos para ajudar a parturiente. Outras plantas também eram de grande importância, como folhas de arruda, algodão e sene. Cada chá, um preparo específico para uma finalidade específica, pois chás mal preparados podiam causar vômitos, diarreias e até causar envenenamentos. As famílias tinham uma farmácia natural no quintal de sua moradia, contudo às inquietações mais graves as famílias procuravam as mulheres mais experientes para que elas receitassem tratamentos específicos.

As mulheres mães ajudavam umas às outras, sobretudo às parteiras durante a arte de partear, pois a intenção era que mais adiante elas pudessem auxiliar outras jovens grávidas e, assim, o conhecimento era repassado de geração a geração, durante a realização das atividades, pois: “[...] o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores” (BOSI, 1994, p. 48).

⁵ Comunidade Remanescente de Quilombos de Pedras Negras/RO.

⁶ Número de denúncia de violência obstétrica já é dez vezes maior. Disponível em: <https://cbrn.globoradio.globo.com/media/audio/260878/numero-de-denuncias-de-violencia-obstetrica-ja-e-d.htm> Acesso em 01 de dezembro de 2021.

⁷ Taxas de cesarianas continuam aumentando em meio a crescentes desigualdades no acesso, afirma OMS. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/16-6-2021-taxas-cesarianas-continuam-aumentando-em-meio-crescentes-desigualdades-no-acesso> Acesso em: 01 de dezembro de 2021.

No que diz respeito aos instrumentos de corte usados pela parteira, além de pequenas pedras de sal (dito anteriormente), seriam utilizados uma tesoura ou lâmina para separar o cordão umbilical da criança recém-nascida. Vejamos o que narra a parteira, a seguir:

Eu desinfetava a tesoura com álcool. A linha, eu media lá o tanto que era o umbigo que ia ficar e para frente. Cortava. Acabava. Amarrava; pegava a pontinha daquela tripinha que ficava queimava a pontinha e pronto. Botava remedinho no pesinho dele. Quando eu cortava, com três dias já caía. Minha mão é muito boa pra isso (NERI, 81 anos).

A narrativa acima nos indica a habilidade da parteira referente aos cuidados com o umbigo da criança recém-chegada. Cuidados que exigiam engenho e habilidade para que o corte sarasse e não causasse incômodo no bebê. Esses preparos envolviam receitas antigas, conforme enfatiza a narradora:

O remédio que eu colocava era aquelas cabinha [inseto] que faz uma casinha de barro na beira das casas. Eu botava com óleo de mamona bem batidinho; torrava tabaco fazia aquele rapézinho e passava ao redor do pezinho do umbiguinho. Botava o paninho, dobrava, amarrava com umbigueira e pronto. Com três, quatro dias caía. Aí botava o remédio para secar já, para sarar (NERI, 81 anos).

O primeiro banho no recém-nascido era a parteira quem realizava. O preparo era realizado com água morna, plantas medicinais e algumas gotas de álcool. A exemplo disso, a limpeza na nova mãe também era realizada com o auxílio da parteira, a partir de preparos e ervas específicas, conforme destaca a narradora: “água fervida do algodão roxo no pinico, tapera velho e nó de São Francisco para assear e curar tudo por dentro e curava mesmo porque às vezes ainda tinha sangue coalhado e saía tudinho, ficava limpo” (SILVA, 83 anos).

Além das bebidas ingeridas pré e durante o parto, as mulheres recebiam chás específicos durante todo o resguardo:

O chá de serragem quem faz é a parteira no primeiro dia, era o chá de sal com aquele barro de dentro do fogão; no segundo já passava os três dias tomando aquele chá de sena. Se tivesse algum sangue por dentro tirava. Depois do chá de sena, uma tal de quina que amargava que não sei o que! Uma casca, vinha desse lado de Vila Bela⁸. Minha avó sempre tinha. Era comprado. Depois vinha a água inglesa, que já estava guardadinho aí em casa. Vinha o vidro com o copinho. Esse você ia tomar até terminar o último dia do resguardo (GUSMÃO, 72 anos).

⁸ Vila Bela da Santíssima Trindade/MT.

O excerto anterior nos leva a entender que os sete primeiros dias de resguardo eram desafiadores e envoltos por cuidados rigorosos. Mãe e filho/a não saíam da moradia em que acontecera o parto, caso acontecesse em casa. A única iluminação era com as chamas de lamparina que continha óleo de coco, castanha, babaçu e/ou mamona. A mãe cobria a cabeça com um lenço e, o banho era em assento, no qual a água morna não podia molhar chegar à sua cabeça. Além disso, visitas não podiam ser recebidas; ali somente havia a presença da parteira e das mulheres mais velhas, que por todo o período do resguardo acompanhavam a nova mãe para dar continuidade nos serviços tradicionalmente domésticos: “não podia andar na terra quente, não podia fazer força, não trabalhava roça. Não podia comer comida remosa, coisa azedo enquanto não acabava o resguardo, hum, queria ver!” (GUSMÃO, 72 anos). Dias pós-parto, lentamente, o útero seguia cicatrizando-se e a criança ganhando peso e, desse modo, as atividades realizadas pela nova mãe voltariam a ser realizadas por ela, assim como sua dieta antes consumida.

Considerações finais

Analizamos as narrativas das parteiras com o objetivo de mostrar faces outras, tanto teórica quanto política, sociais e históricas, tentando pensar através delas formas de resistência, memória, identidade e culturas. Somos tentados a pensar a condição das mulheres gestantes, com menor condição social, quando procuravam métodos de cura ancestrais, a partir das parteiras/benzedadeiras; assim, “desprovidas de recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais, perpetrando assim uma subversão: em vez de médicos, eram elas que, por meio de fórmulas gestuais e orais ancestrais, resgatavam a saúde” (PRIORE, 2018, p. 88).

Colocar em pauta as narrativas das parteiras permite não apenas tornar visíveis os cuidados terapêuticos administrados por elas, como também espelham uma constelação de saberes, transmitidos no cotidiano, que passariam despercebidos, caso não se procure dinamizar outras formas de cuidados utilizados, em determinadas épocas, na sua amplitude e diversidade, em diversas regiões amazônicas.

As narrativas orais das parteiras – Neri (81 anos); Silva (83 anos); Gusmão (78 anos) e Santiago (69 anos), remanescentes de quilombolas no rio Guaporé/RO – oportunizaram vislumbrar marcas de oralidade presentes nas falas, estimulando nossa imaginação a partir de

“traços performáticos da voz e do corpo, os quais atualizam o evento narrado e permitem a relação e troca cultural entre narrador e espectador” (BERGAMINI, 2011, p. 31). Por meio da memória das mulheres parteiras remanescentes de quilombolas, os fatos foram tecidos e materializados pelas vozes do presente, como assevera Bosi (1994, p. 39): “as mais vivas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão”, em outras palavras, somente por meio da memória das parteiras conseguimos adentrar no cotidiano dessas múltiplas vivências, recuperando narrativas de momentos bastante singelos, significativos para uma compreensão do vivido.

Portanto, vale ressaltar que as mulheres remanescentes de quilombolas, além de realizarem trabalhos de partejamentos, eram ativas com seus cônjuges e demais familiares em todas as atividades diárias, e naquelas realizadas no interior da mata amazônica, seja na coleta e quebra da castanha, no corte e colheita do leite da seringa, na extração da raiz da poaia, nos fazeres da roça, caça, pesca, na abertura de varadouros, extração de óleos naturais etc.

Referências

- BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. Editora Brasiliense, 1987.
- BERGAMINI, Cláudia Vanessa. **A poética da voz: análise da voz em narrativas orais**. In: Boitá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CONAQ (Matéria). **Dados socioeconômicos de quilombolas em Rondônia**. Disponível em: http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/08/20200709-1700-Final-Portal-An%C3%A1lise-dos-dados-Socioeconomicos_-Quilombolas-do-Programa-em-Rond%C3%B4nia.pdf Acesso em 29 de nov. de 2021.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **A tradição viva**. In: Ki-Zerbo. J. História geral da África: metodologia e Pré-história. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres**. In: Revista de Ciências Sociais. N° 53, Junho/Dezembro de 2020, p. 22-34.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Betariz Perrone-Moisés. 1 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

LE Goff, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 7ª ed. Revista – Campinas, SP: editora da Unicamp, 2013.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. 4ª ed. – Belém, PA: Cultura Brasil, 2015.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. In: Revista Princípios. Edição 34, Ago/Set/Out, 1994, p. 28-38.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil** (Org.) 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

Taxas de cesarianas continuam aumentando em meio a crescentes desigualdades no acesso, afirma OMS. (Matéria). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/16-6-2021-taxas-cesarianas-continuam-aumentando-em-meio-crescentes-desigualdades-no-acesso> Acesso em 01 de dez. de 2021.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional: Rondônia*. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

Terras indígenas. (Matéria). **Terras indígenas no Guaporé**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3847> Acesso em 29 de nov. de 2021.

Violência obstétrica. **Número de violência obstétrica é dez vezes maior**. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/260878/numero-de-denuncias-de-violencia-obstetrica-ja-e-d.htm> (Matéria). Acesso em 01 de dez. 2021.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.